

A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe

Eric Sabourin

Catia Grisa

Organizadores

A DISSEMINAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA AMÉRICA LATINA EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA

Catia Grisa | Doris Sayago | Eduardo Caldas | Eric Sabourin | Marcos Lopes Filho | Mario Lucio de Avila | Mireya Valencia | Moises Balestro

Como mencionado no primeiro capítulo deste livro, ele procurou analisar os mecanismos de difusão de “modelos” de políticas públicas para a agricultura familiar do Brasil para os países da América Latina e do Caribe. Procurou-se evidenciar, caracterizar e analisar as modalidades e os vetores de disseminação internacional e de adaptação local (no país de destino) das políticas brasileiras de compras públicas da agricultura familiar e de desenvolvimento territorial na Colômbia, Haiti, Paraguai, Argentina, Uruguai e El Salvador.

A hipótese que guiou a análise considerou que essas políticas, apesar de dependerem da difusão de um “modelo brasileiro” mediante acordos de cooperação Sul-Sul, apresentam uma “hibridação” de diversas formas de difusão de modelos (OLIVEIRA e FARIA, 2017): a) as circunstâncias, conjunturas e processos que fortaleceram as transições democráticas, as quais abriram janelas de oportunidade para movimentos sociais atuarem nacional e internacionalmente (BONNAL et al., 2010); b) a difusão mediada pelos financiamentos e apoios institucionais das organizações internacionais (PECK e THEODORE, 2012); c) a cooperação internacional para o desenvolvimento por meio da cooperação bilateral Sul-Sul

(FARIA, 2012); d) processos de regionalização e de integração regional, em particular no marco do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) (GIRAULT, 2009; DABÈNE, 2009).

Esta hipótese foi construída a partir de sinalizações da realidade empírica e do diálogo com a ampla literatura sobre transferência de política pública (FARIA, COELHO e SILVA, 2016; EVANS, 2009; 2004; DOLOWITZ e MARSH, 2000); circulação transnacional de normas (HASSENTEUFEL, 2005, 2008; DUMOULIN, 2010); e abordagem pelas teorias da regionalização (DABÈNE, 2009, PASQUIER e WEISBEIN, 2004), com destaque para o mecanismo de regionalização pela base ou “por abaixo” (PASQUIER, 2002; KHOLER-KOCH, 1995).

Após a análise de cada caso, apresentada nos capítulos anteriores, este capítulo procura examinar, em uma perspectiva comparada, primeiramente a difusão das experiências de compras públicas da agricultura familiar do Brasil para Colômbia, Haiti e Paraguai; em seguida, a disseminação das políticas de desenvolvimento territorial do Brasil para a Argentina, Uruguai e El Salvador; e, por fim, as reflexões que podemos elencar a partir do conjunto dos casos analisados.

A disseminação das políticas brasileiras de compras públicas da agricultura familiar na América Latina

Como já apontado neste livro, desde o início dos anos 2000, o tema das compras públicas da agricultura familiar tem ganhado grande impulso nos espaços acadêmicos, políticos e institucionais no Brasil. Iniciado em 2003 com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi com a Lei nº. 11.947/2009 que ele ganhou muito mais escala. A Lei estabeleceu que, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), dedicados à alimentação escolar, devem ser aplicados na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Adicionalmente, em 2015, o Decreto nº 8.473 também estabeleceu que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional devem

adquirir, no mínimo, 30% de suas demandas alimentares de agricultores familiares e suas organizações. Trata-se de inovações importantes, as quais articulam a construção de mercados e o fortalecimento da agricultura familiar com a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Estas inovações tiveram importante projeção nos contextos nacional e internacional, e o Brasil tornou-se um “exportador” da ideia de mercados institucionais para a agricultura familiar. Com efeito, ao visitar países da América Latina e Caribe, um gestor, pesquisador ou mediador social brasileiro que atua na temática provavelmente sentir-ia-se familiarizado com os debates e as ações em curso. Os casos de Colômbia, Paraguai e Haiti não destoam deste cenário.

No caso da Colômbia, a partir de 2010, alguns “projetos-pilotos” e experiências departamentais e locais passaram a estimular a aquisição de produtos da agricultura familiar para as compras públicas. Foi nestas experiências que o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF) estabeleceu a “*Estratégia de Compras Locales*”. Os *operadores* das demandas de alimentos, bens e serviços do Instituto devem aplicar, no mínimo, 10% ou 20% (dependendo das ações em que estão vinculados) dos valores mensais dos contratos em compras locais (Colômbia, ICBF, 2016). Complementarmente, por meio da Resolução n.º 16.432 de 2015, o Ministério da Educação estabeleceu que os *operadores* do Programa de Alimentação Escolar (PAE) devem aplicar, no mínimo, 20% do total das aquisições mensais de alimentos, bens e serviços em compras locais, sendo que estas “fazem referência a incentivar a compra de alimentos que são produzidos localmente, por organizações pequenas e/ou que são lideradas por camponeses da região” (Colômbia, MEN, 2015).

No Paraguai, em 2013 foi criado o Decreto n.º 1.056 da Presidência da República, que criou o Programa de Compras Públicas Diretas do Agricultor Familiar e estabeleceu uma modalidade de contrato complementar, chamado “Processo Simplificado para Aquisição de Produtos Agropecuários da Agricultura Familiar”, que consiste justamente em uma simplificação dos processos tradicionais de aquisição pública previsto em Lei específica (Lei n.º 2051/03). Em 2015, o Decreto 1056/2013 foi substituído pelo Decreto 3000/2015. A alteração não foi apenas formal, mas

antes de tudo, de escopo e conteúdo, e implicou inclusive o deslocamento do órgão responsável pela gestão do Programa de Compras Públicas Diretas do Agricultor Familiar, que passou da Secretaria Técnica de Planejamento do Ministério da Fazenda para o Ministério da Educação. O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAC) está responsável pela organização da oferta dos produtos por meio de apoio organizacional e logístico dos agricultores familiares, além dos serviços de extensão rural principalmente relacionados com técnicas tanto na agricultura quanto na pecuária. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) está responsável pela organização da demanda, por meio da criação de um mercado institucional. Por fim, a Direção Nacional de Contratações Públicas (DNCP) permanece como órgão central no desenho e operacionalização da contratação e do apoio aos órgãos demandantes. Além destas mudanças, o Decreto 3000 abre a oportunidade de realização de compras indiretas por meio de empresas privadas, as quais devem atender a um percentual mínimo estabelecido em regulamento específico. Ademais, a promulgação da Lei de Alimentação Escolar (5210/2014), que exige a oferta de produtos frescos, a regularidade na oferta e o equilíbrio nutricional do cardápio, priorizou, no inciso “f”, a compra de alimentos da agricultura familiar no âmbito do local de consumo, oportunizando um nicho de mercado para esses agricultores.

No *Haiti*, a experiência com compras públicas da agricultura iniciou com os projetos pilotos *Lèt Agogo* e compras locais para a alimentação escolar no município de Rivière de Nippes. O primeiro teve início no ano 2000 com a finalidade de promover e fortalecer a produção leiteira de pequenos camponeses e, a partir de 2009, iniciaram discussões para promover uma articulação desta iniciativa com os mercados institucionais, notadamente com a alimentação escolar. Por sua vez, o Piloto de compras da agricultura familiar para a alimentação escolar em Petite Riviere de Nippes foi estabelecido em 2012, e visa promover o “aumento das compras locais de associações de pequenos agricultores nos processos regulares de aquisição de alimentos para os programas do PMA” (PMA, s.d). Estas experiências colocaram o debate em pauta e estimularam a estruturação da Unidade Facilitadora das Compras de Produtos Locais (UFAPAL) em 2010, com a finalidade de facilitar o diálogo entre organizações na ofer-

ta de alimentos e organizações envolvidas na compra e distribuição de alimentos; o desenho de uma Estratégia Nacional de Compras Locais (não adotada); e a promulgação da Política e Estratégia de Alimentação Escolar.

Observa-se, deste modo, que os três países realizaram, recentemente, mudanças normativas no sentido de inserir ou de facilitar a participação da agricultura familiar nas compras públicas, sendo tais mudanças mais ou menos próximas ao “modelo” brasileiro. Nota-se, portanto, certa “convergência” de políticas públicas e instrumentos (HASSENTEUFEL, 2008; EVANS, 1999) entre Colômbia, Haiti, Paraguai e Brasil. Desta constatação, algumas questões nos chamaram a atenção: a) teria, de fato, o Brasil influenciado esses novos programas de compra a agricultura familiar? b) em caso positivo, por meio de quais vetores tais ideias, experiências e aprendizados foram disseminados? c) que elementos causais explicam a convergência? d) qual é o grau de convergência, ou seja, seriam as experiências de Colômbia, Haiti e Paraguai cópias dos “modelos” brasileiros?

As influências do Brasil nas compras públicas de países latino-americanos

Apesquisa documental e as entrevistas realizadas confirmam que as ideias e os aprendizados brasileiros do PAA e do PNAE influenciaram e subsidiaram o debate e as alterações institucionais nos três casos: Colômbia, Haiti e Paraguai.

São recorrentes os depoimentos e documentos que elucidam esta influência. Por exemplo, o ex. Ministro da Agricultura do Haiti afirmou que *“Nós estivemos no Brasil ainda no início do Governo Lula. Nós estávamos muito interessados em conhecer os arranjos institucionais que estavam sendo feitos pelo Presidente Lula para cumprir com a promessa de erradicar a fome e a pobreza. Eu me lembro de ter sido recebido no Ministério da Agricultura, no Ministério do Pequeno Agricultor (sic) e na empresa de compras públicas e fiquei muito impressionado como estava sendo feito ali.”*

Por sua vez, no caso da Colômbia, além de relatos, reportagem intitulada *“El ICBF y la economía local”*, de 14 de outubro de 2011 do Jornal El Tiempo, também afirmava: *“Desde el 2010, por iniciativa de la directora del ICBF, (...), se ha promovido el modelo denominado ‘Compras Locales’, inspirado en*

el Programa 'Hambre Cero' del Brasil'.

Finalmente no caso paraguaio, um técnico do Ministério de Agricultura e Ganaderia, que atua no Comitê de Grupos de Produtores, declarou que o modelo brasileiro foi um inspirador. Este técnico, além de servidor público, participou da REAF como representante da sociedade civil (articulador de produtores e militante das causas da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional) sendo, portanto, um ator multiposicionado.

Assim, declaradamente, a experiência brasileira de compras públicas para alimentação escolar é reconhecida como fonte de inspiração e de ação para a promoção de outras políticas na América Latina, evidentemente, contingenciadas à realidade política, às instituições e às organizações locais.

Os vetores da disseminação de ideias, experiências e aprendizados

Mais do que confirmar a constatação de que os modelos brasileiros influenciaram as mudanças nos países, a pesquisa procurou entender, caracterizar e analisar a forma como ocorreu este processo, ou seja, buscou identificar e analisar os vetores que mediarão a circulação e a disseminação das ideias e aprendizados sobre as compras públicas brasileiras da agricultura familiar.

Retomando a hipótese de pesquisa e os quadros analíticos acionados, podemos afirmar que a disseminação dos modelos brasileiros ocorreu pela confluência ou hibridização, mais ou menos coordenada, de diversos mecanismos entre os casos e internamente a eles. Em todos os países foram vários elementos confluentes que potencializaram a discussão sobre compras públicas da agricultura familiar. Chama a atenção que, em grande medida, a influência do Brasil não ocorreu diretamente, mas sim por meio da intermediação e da atuação de organizações internacionais e dispositivos técnicos (relatórios, documentos, declarações, normativos regionais, internet...).

Em todos os casos, a circulação transnacional de normas —, ou seja, a difusão de ideias e de instrumentos de políticas pública em arenas inter/transnacionais mais ou menos formais e mais ou menos articuladas por

intermédio de mediadores que fazem “configurações transnacionais” (espaços de interação e negociação) (MASSARDIER e PESCHE, 2011, p. 8) – ou, em sentido similar, a transferência *soft* de ideias, noções, conceitos e objetivos (BENSON e JORDAN, 2011; STONE, 2012, 2004) por meio de organizações internacionais tiveram um papel importante. As discussões sobre segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras públicas que permearam a América Latina no âmbito da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), no Ano Internacional da Agricultura Familiar e na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF), influenciaram direta ou indiretamente as mudanças nas políticas públicas de compra de alimentos realizadas na Colômbia, Haiti e Paraguai. No caso da Colômbia, as discussões no Ano Internacional da Agricultura Familiar e na REAF contribuíram para colocar o tema da agricultura familiar na agenda do governo, sendo as compras públicas um dos instrumentos na busca de seu fortalecimento (PERAFÁN, GRISA e CALDERÓN, 2018, neste livro). No caso Haiti, Lopes (2018 – neste livro) destaca que a CELAC foi importante na medida em que contribuiu no processo de convencimento de atores-chaves do Governo e da sociedade civil haitiana e na construção de ambiente político favorável aos modelos brasileiros de compras públicas da agricultura familiar, bem como as relações construídas neste espaço intensificaram os intercâmbios entre Brasil e Haiti sobre instrumentos de luta contra a fome e a pobreza. No que concerne ao Paraguai, a influência dos debates realizados na REAF está explícita em dois decretos importantes na temática de compras públicas (Decretos 3.000/2015 e 1.056/2013) ao mencionarem como uma das justificativas, por exemplo, “que entre os eixos temáticos da REAF Mercosul tem-se ressaltado a importância de coordenar estratégias conjuntas de comercialização da agricultura familiar, buscando consolidar propostas de inserção da agricultura familiar nas compras do Estado, partindo das experiências dos países da região” (Paraguai, Presidência da República do Paraguai, 2013).

Neste processo, igualmente destaca-se a atuação direta e indireta da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Por um lado, destacamos o papel das diversas publicações da FAO que contribuíram para colocar o tema na agenda dos governos e para promover

a experiência brasileira de compras públicas (FAO, 2015, 2014, 2013a, 2013b; SALCEDO e GUZMÁN, 2014). Por outro, de forma mais direta, nos três casos, foram fundamentais a incidência e a atuação de técnicos da FAO em negociações com os governos nacionais. No caso da Colômbia e do Haiti, tal influência perpassa pelos acordos de cooperação Sul-Sul entre os países com o Brasil, tendo como mediadores importantes a FAO e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). Como menciona Lopes (2018) para o caso do Haiti, “Chama atenção o arranjo adotado pelo Brasil para disseminação dos modelos, porque, embora fique claro que a finalidade do acordo seja de transferência de políticas por meio da Cooperação Sul-Sul, a FAO e PMA foram escolhidos como mediadores do processo”. Esta escolha “se deve, em parte, ao duplo papel desempenhado pelas organizações internacionais como arena de validação dos instrumentos brasileiros e como vetor de disseminação desses instrumentos” (LOPES, 2018).

Cabe destacar ainda que, no caso do Haiti, técnicos da FAO tiveram relações diretas com gestores brasileiros na busca por aprendizados no tema das compras públicas para a agricultura familiar e, ainda que o Acordo Brasil-FAO-PMA tenha sido mediado por organizações internacionais, a maioria das atividades centraram-se em intercâmbios bilaterais entre técnicos dos dois governos. Esta especificidade, caracterizada pela disseminação intergovernamental ou por relações bilaterais, ilustra uma das formas que marcou os estudos iniciais sobre transferência de política pública, quando eram destacadas predominantemente as relações entre Estados-nação (MCCANN e WARD, 2013, 2012; STONE, 2004) ou certo “nacionalismo metodológico”, como afirma Stone (2004).

Diferentemente, no caso da Colômbia, os técnicos da FAO envolvidos nos projetos-piloto de compras públicas não mantiveram relações diretas ou participaram de intercâmbios com gestores das políticas brasileiras (PAA e PNAE). A ideia de compras públicas da agricultura familiar foi estimulada pela Embaixadora do Brasil e pelo Escritório Regional da FAO na América Latina e Caribe (Santiago-Chile), e reconfigurada pelos técnicos locais da FAO a partir de leituras sobre a experiência brasileira, do Panamá e da Nicarágua (estes dois últimos principalmente em termos

do estabelecimento de preços) e de aprendizados angariados ao longo do tempo, considerando as especificidades dos contextos onde atuavam. Também se ressalta que, diferentemente do caso do Haiti, neste caso prevaleceram as relações sociais entre os técnicos da FAO com os gestores públicos colombianos, e não relações diretas destes (ambos) com gestores brasileiros.

Seguindo o diálogo com a literatura, também poderíamos apontar como um vetor importante na disseminação das ideias brasileiras de compras públicas da agricultura familiar – o qual, igualmente, permeou os mecanismos já mencionados – a atuação e articulações de representantes da sociedade civil organizada para a troca de experiências e aprendizados em termos de políticas públicas. Ou seja, citamos aqui – seguindo Pasquier e Weisbein (2004) e Pasquier (2002) – o processo de disseminação pela base, mediado por atores infranacionais. Como analisam Lopes (2018) e Niederle (2016; 2015), inspirados pelos resultados das experiências brasileiras de mercados institucionais, movimentos sociais e sindicais vinculados à agricultura familiar e camponesa procuraram incidir nos espaços de tomada de decisão dos mecanismos de integração regionais, como a reunião de Ministros sobre Agricultura Familiar da CELAC e a REAF, pressionando pela adoção de normativos em âmbito regional e medidas similares em seus países. Ademais, cabe salientar a troca de experiências e aprendizados entre os movimentos sociais, sendo emblemático o caso do Haiti, onde, desde 2007, organizações vinculadas à Via Campesina trocam experiências com movimentos sociais brasileiros. A atuação do Estado em diálogo com os movimentos sociais, ou os diálogos e intercâmbios entre organizações representativas destes, contribui para a legitimidade e o “enraizamento” das ideias de compras públicas da agricultura familiar nos espaços locais, proporcionando que, ao mesmo tempo em que as ideias vão sendo institucionalizadas em normativos nacionais, elas vão sendo apropriadas, reconstruídas e traduzidas “por baixo”, pela base social.

Em todos estes mecanismos evidenciados, destaca-se, como menciona Oliveira (2013, p. 51), “um corpo de indivíduos que transitam em diversas instituições durante o processo e que atuam dentro e fora das

mesmas. (...). A ação dos indivíduos e sua circulação entre as diversas instituições são cruciais neste processo”. São as “agências individuais” (OLIVEIRA, 2013), as redes de relações e de confiança, a “circulação individual” (OLIVEIRA, 2013) e o “trânsito institucional” (SILVA e OLIVEIRA, 2011) igualmente influenciando na convergência de ações e políticas públicas na América Latina e Caribe. Neste sentido, Perafán, Grisa e Calderón (2018) chamam a atenção que José Graziano da Silva – ex-Ministro do Governo Lula, responsável pelo lançamento do Fome Zero e do PAA – atuou como representante regional da FAO para América Latina e o Caribe a partir de 2006 e, desde 2011, atua como Diretor Geral da organização. Além dele, há um conjunto de ex-gestores do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social que atualmente atua na FAO Escritório Regional e na Direção Geral, trazendo na sua bagagem aprendizados das compras públicas brasileiras e expectativas de difundir a sua execução para outros contextos. De forma similar, Lopes (2017, p. 74) elucida como as trajetórias políticas e institucionais de membros de uma “coalizão de interesses” (SABATIER e JENKINS-SMITH, 1999) foram contribuindo para disseminar as ideias de compras públicas na América Latina e Caribe.

Em um primeiro momento (M1), os membros de C1 estiveram dedicados a promover o tema das compras locais no processo de formulação da Estratégia Fome Zero. Em um segundo momento (M2), após a eleição de Lula em 2002, essa coalizão atuou no desenho e na implementação dos instrumentos brasileiros em distintos órgãos do Governo Federal. Também nesse momento, iniciou-se processo de validação e disseminação, em âmbito internacional dos modelos brasileiros, através da Cooperação Sul-Sul, da incidência no âmbito da FAO, do PMA e da CELAC. Num terceiro momento (M3), essa coalizão se consolidou no âmbito da FAO e do PMA como agentes de disseminação internacional dos modelos brasileiros.

Por fim, ainda em termos da disseminação das ideias brasileiras, cabe res-

saltar, particularmente no caso colombiano, o protagonismo de atores locais que, de forma autônoma, buscaram lições aprendidas em outros contextos, seja por meio de mídias eletrônicas (internet), seja a partir de relatos de experiências. Diferentemente de outros vetores citados em que o protagonismo tem sua origem externa ao país receptor (seja, por exemplo, interesses do Brasil, seja de organizações internacionais), neste caso a iniciativa partiu dos atores locais em buscar conhecimentos sobre políticas públicas, arranjos administrativos, instituições e ideias em outro sistema político (DOLOWITZ e MARSH, 2000).

Também foi possível verificar que a adoção das lições da experiência brasileira teve uma dinâmica diferente nos três casos. De forma semelhante ao processo de formulação e implementação da política de aquisição no Brasil, o Paraguai estabeleceu, a partir do governo federal, uma lei explícita de compras da agricultura familiar em 2013. Sobre isso, vale lembrar que o comprometimento político no nível presidencial foi um elemento fundamental da experiência brasileira que também ocorreu no Paraguai. No caso colombiano, a mudança em âmbito nacional com resolução do Ministério da Educação ocorreu a partir de experiências e projetos-pilotos locais. No Haiti, embora tenha sido a partir de iniciativa do governo nacional com forte apoio de organismos internacionais, a proposta ainda está na fase de projetos-pilotos.

Convergências, elementos causais explicativos e traduções

Além desta reflexão sobre os vetores de disseminação, dialogando com Hassenteufel (2014), podemos afirmar que a convergência de iniciativas de compras públicas da agricultura familiar entre Brasil, Colômbia, Haiti e Paraguai deve-se a um conjunto de dinâmicas causais, sendo elas: a) “harmonização transnacional” (HASSENTEUFEL, 2014), ou seja, a adoção de normas e regras por um conjunto de países, neste caso, manifestas em declarações, recomendações e resoluções da CELAC e da REAF; b) confrontação a problemas sociais similares, como redução da fome, da pobreza e da insegurança alimentar e promoção da agricultura familiar; c) difusão, por meio de organizações internacionais (notadamente, FAO e PMA), “de orientações, conteúdos e instrumentos de política pública, legitimados e objetivados pela promoção de “modelos”, produção de

relatórios, dados comparativos...” (HASSENTEUFEL, 2014, p. 183); e, certa convergência política entre governos em determinados momentos.

Embora possamos aludir, em alguma medida, para certa convergência entre os países analisados em termos de iniciativas de compras públicas da agricultura familiar, é importante destacar que “não há uma simples adoção, ao nível das políticas públicas nacionais, de orientações, normas, instituições ou instrumentos impostos, difundidos ou transferidos; eles são, no sentido literal (de reformulação em outra língua), sociológico (de re-problematização em outro universo de ação) e político (de adaptação a um novo contexto institucional) do termo, “traduzidos” nacionalmente, correspondendo, por consequência, a construções híbridas misturando elementos externos (novos) e internos (preexistentes)” (HASSENTEUFEL, 2014, p. 185). Deste modo, ainda que ideias, instrumentos e aprendizados brasileiros tenham sido difundidos e transferidos para os países latino-americanos, os formatos institucionais dos mecanismos de compras públicas da agricultura familiar foram traduzidos nos contextos nacionais e espaços locais. Mais do que “cópia” (DOLOWITZ e MARSH, 2000), podemos observar que as experiências brasileiras emularam ou serviram de “inspiração” para a criação de mecanismos específicos em cada país. Diferenças e similares sobre a participação exclusiva da agricultura familiar (ou o estabelecimento de apenas a exigência de “compras locais”), sobre a definição de um percentual mínimo de participação da categoria social e ainda sobre a manutenção ou não de intermediários (operadores) permeiam as experiências do Brasil, Colômbia, Paraguai e Haiti.

Permeando todos os vetores de disseminação e as dinâmicas causais, encontram-se diferentes motivações para a convergência das iniciativas de compras públicas da agricultura familiar, sendo, em grande medida, mais próximas a “atitudes voluntárias” e do que “elementos coercitivos” (DOLOWITZ, 2003). Com efeito, as regras e declarações constituídas nos espaços públicos regionais, as normas e os acordos de cooperação Sul-Sul, e os acordos bilaterais foram construídos permeados por relações de solidariedade e baseados no diálogo. Além disso, cada país teve autonomia para “traduzir” (HASSENTEUFEL, 2008) as ideias brasileiras de compras públicas em seus contextos sociopolíticos e institucionais.

Todavia, tais processos de disseminação e tradução não implicam relações simétricas de poder, dadas as diferenças de poder econômico e de posicionamento na geopolítica global entre os países. Deste modo, ainda que inclinadas para ações voluntárias, tais processos reproduziram relações desiguais de poder.

Neste sentido, como lembra Stone (2017), a tradução da política pública é uma espécie de ‘bricolage’ que envolve a mistura de práticas locais, bem como práticas de política emprestadas de forma a construir uma formação política nova e híbrida. Ver a tradução da política pública como uma combinação de epistemes e juízos de valor enseja reflexões distintas sobre o processo de difusão e transferência (STONE, 2017).

A disseminação das políticas territoriais brasileiras na América Latina

Como já assinalado no capítulo IV deste livro, a discussão sobre a abordagem territorial ganha peso no Brasil no fim da década dos anos noventa. Entre os fatores que explicam o porquê do interesse por parte de acadêmicos, políticos, especialistas de organismos internacionais e gestores de América Latina e o Caribe sobre o caso brasileiro estão: a) a rápida implementação desta estratégia nas diversas regiões do Brasil; b) as evidências sobre a apropriação, por parte dos atores locais, da retórica territorial e c) as próprias ideias do enfoque que contestam os velhos modelos focados na modernização agrícola para o desenvolvimento, propondo uma nova forma de pensar e promover o desenvolvimento e, em consequência, uma nova geração de políticas públicas.

Contrário ao caso dos mercados institucionais, o Brasil não se tornou um “exportador” da política dos territórios rurais. A instrumentalização que facilita a rápida implementação do programa dos Territórios Rurais e, posteriormente, do programa Territórios da Cidadania, converte-se, especificamente para o caso do El Salvador, na “caixa de ferramentas” que permite seguir o roteiro para a constituição dos espaços de participação (Colegiados) e a elaboração dos Planos e Matriz de Ações Territoriais. Os casos argentino e uruguaio constituem uma tradução com uma ‘bricolage’ de influências

e maior dependência do contexto e das organizações pré-existentes.

Na difusão das políticas de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) a partir da experiência brasileira, os três casos são bastante diferenciados, possuindo, cada um dos três, um vetor distinto da influência brasileira.

O caso do El Salvador, como explicado no capítulo IX (PEREFÁN, 2018), obedece a uma transferência do tipo “cópia” do Programa dos Territórios da Cidadania. Sua difusão foi motivada por elementos de conjuntura que não refletem o interesse pela apropriação das ideias diferenciadas desta abordagem, mas pela necessidade de instrumentalizar espaços de participação necessários para a identificação das demandas locais que o Presidente de El Salvador, na época, teria prometido constituir durante seu mandato.

Nesse país, temos um caso quase puro de transferência de política integral na medida em que a convergência na cópia do modelo de política territorial rural do Brasil é associada a uma convergência política entre os partidos políticos no poder (PT no Brasil, FLMN no El Salvador) e até a uma mediação que passa por relações pessoais entre o PT, Presidente Lula e a primeira dama de El Salvador. Em um primeiro momento, trata-se de um vetor envolvendo relações políticas e pessoais em nível presidencial e menos a circulação de ideias, as organizações internacionais e as burocracias dos respectivos países.

A mediação técnica foi assegurada por uma série de missões e de capacitações por parte de uma funcionária da SDT do MDA, de maneira dominante com relação aos mecanismos de transferência mais institucionais ligados à atuação da Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty. No entanto, esta política territorial rural foi pouco internalizada, fazendo com que o vetor das relações políticas e pessoais não tivesse sido suficiente para a incorporação dela pelo governo de El Salvador em sentido mais amplo. Isso fez com que o programa *Territórios do Progresso* cessasse completamente com a mudança presidencial, como revela Perefán neste livro.

O caso da Argentina é interessante na medida em que o programa nacional de DTR argentino no marco do INTA inicia, praticamente, no mesmo período que o programa nacional brasileiro nos anos 2003/2004 no mar-

co do MDA.

De fato, desde os anos 1990 tem existido uma cooperação e até uma influência mútua entre instituições dos dois países sobre o tema da agricultura familiar por meio da cooperação EMBRAPA-INTA, dos debates no âmbito do MERCOSUL e da criação da REAF precisamente por decisão e apoio financeiro do Brasil e da Argentina.

No entanto, se os quadros do INTA reconhecem essa influência brasileira para outros instrumentos de apoio à agricultura familiar, não é o caso para o programa de DTR, que é considerado como endógeno à instituição. O principal argumento desse caráter endógeno e até natural do DTR é o fato do INTA cuidar ao mesmo tempo da pesquisa agropecuária e da extensão rural e dispor de uma ampla capilaridade no conjunto do território nacional. A nível teórico-conceitual, a principal referência mencionada é aquela dos trabalhos do Rimisp (Chile) na medida em que seus peritos conduziram uma missão da BID em apoio à realização de um diagnóstico nacional sobre essa temática.

Ao lado dessa tentativa institucional de pôr o modelo brasileiro a distância, entre os especialistas acadêmicos argentinos do desenvolvimento territorial, é totalmente reconhecida a influência de acadêmicos brasileiros (Milton Santos, Manoel Correia de Andrade, Tânia Bacelar), mas num plano teórico-conceitual, sem relação direta com a formulação de políticas.

O único testemunho de um reconhecimento da influência brasileira vem dos movimentos sociais ligados às instâncias do MERCOSUL, no caso da agricultura familiar mediante a REAF. Portanto, apenas a hipótese de uma difusão por conta da integração regional “por baixo” poderia ser validada.

O exemplo do Uruguai é também bem específico. No país existem duas políticas de desenvolvimento territorial. A política nacional de Ordenamento Territorial é implementada pelo Ministério de Vivenda, Ordenamento territorial e Meio Ambiente e o Programa das Mesas de Desenvolvimento Rural (MDR), setorial, executado pelo Ministério de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP). Por um lado, o programa de ordenamento territorial, influenciado pela cooperação espanhola, apresenta um viés urbano e cuida, sobretudo, do zoneamento do país e das

áreas protegidas, sem enfoque rural. Por outro lado, as MDR nascem num processo setorial agrícola de descentralização do MGAP, mas com duas características semelhantes ao programa brasileiro: o foco no segmento da agricultura familiar e o caráter participativo. De fato, esse caráter ao mesmo tempo participativo e ascendente da programação dos projetos e das ações das MDR, pela demanda das comunidades e organizações de base, tem levado o MGAP a uma abordagem mais intersetorial. As MDR convidaram instituições e ministérios de outros setores (Saúde, Educação, Desenvolvimento Social etc.) a participar dos debates e a se articular com eles para responder a demandas mais amplas, indo além do aspecto produtivo.

Neste caso, apesar de influências difusas e múltiplas, os responsáveis da Direção do Desenvolvimento Rural do MGAP assumem ter tido conhecimento da experiência brasileira de DTR do MDA/SDT mediante diversos intercâmbios por meio, principalmente da REAF ou da academia e do IICA. Mas, de fato, as condições do país são tão diferentes daquelas do Brasil que o programa PRONAT não foi contemplado como modelo.

Influências do Brasil

Entre os três países estudados, o caso de El Salvador é o único onde a política de DTR do Brasil constitui um modelo, objeto de um processo de transferência de política pública. Na Argentina e no Uruguai, apesar de certos esforços do IICA ou da academia para tentar difundir um modelo brasileiro ou no caso do IICA um modelo latino-americano inspirado da política brasileira, não houve uma transferência da política pública do Brasil para eles. Nos três casos estudados, como para as compras públicas, a política de DTR passa por vários agentes de difusão: a cooperação internacional bilateral e não governamental (Rimisp), a União Europeia, as Nações Unidas (PNUD, BID) e um órgão da OEA, o IICA. Num momento ou outro, a maioria desses mediadores tem proposto uma reinterpretação parcial ou local do modelo europeu do programa LEADER+. Mas esta influência não pode ser atribuída diretamente à política brasileira e sim a uma convergência de objetivos (SABOURIN e GRISA,

2018, neste livro) pela busca de alternativas que permitissem reverter as críticas condições de pobreza das populações do campo na Região e, em particular, na Argentina e no Uruguai.

Vetores de difusão

No caso das políticas de DTR, fora em El Salvador, onde somente existe um mecanismo de transferência por meio do conjunto Partido/governo do Brasil, os vetores são mais bem difusos e divididos entre organizações internacionais, academia e movimentos sociais da sociedade civil.

As organizações internacionais têm financiado diagnósticos, estudos como o BID na Argentina, a UE mediante a cooperação espanhola no Uruguai e treinamentos por meio do IICA nos dois países. As consultorias para essas intervenções foram também confiadas a acadêmicos (das universidades nacionais e do RIMISP na Argentina) ou a universitários brasileiros no Uruguai através do IICA.

Na Argentina e no Uruguai, o papel da academia (nos níveis internacional, regional e nacional) passa pelos universitários, que assumem um papel de consultor (diagnóstico BID na Argentina) ou de cargo de confiança no governo (Diretor nacional de ordenamento territorial e diretores do Instituto Nacional de Colonização no Uruguai).

O mecanismo de integração regional pela base, nos dois países, funcionou por meio da REAF, embora de maneira não central ou decisiva.

Transferência, Convergências e reinterpretação

O Programa Territórios do Progresso do El Salvador representa, como dito antes, um exemplo emblemático de transferência de política pública mediado por um acordo de cooperação Sul-Sul. Há dois atores fundamentais para dar início ao processo de transferência, os Presidentes Funes e Lula e, junto com eles, um ator encarregado de transferir os objetivos e instrumentos do Programa da Cidadania para esse país. Pode-se falar, como assinalado por Valencia Perafán (2018, neste livro), que é uma transferência *hard*, diferente dos outros dois casos estudados, onde a disseminação é mais de ideias, ideologias, conceitos e noções do enfoque

territorial para o desenvolvimento rural.

Tanto na Argentina como no Uruguai, gestores, acadêmicos e atores locais se apropriam da retórica territorial, mas, assim como no Brasil, o discurso está longe da prática no momento da implementação. Em El Salvador, a força do discurso recai sobre a necessidade de estabelecer e manter os espaços de participação, independente de outras ideias que alimentam esta abordagem.

A convergência das políticas públicas é evidente nos casos da Argentina e Uruguai, sobretudo no que diz respeito às ordens cognitiva e funcional como referenciado por Sabourin e Grisa, (2018, neste livro).

Em relação à reinterpretação, aparecem aspectos comuns da referência brasileira em comparação com a referência europeia. Podemos destacar quatro características:

- a) a participação dos atores, embora ela seja mais discursiva que real na Argentina,
- b) na Argentina e no Uruguai a execução por ministérios setoriais, dirigidos ao segmento da agricultura familiar. No caso salvadorenho, por ser uma transferência do Programa da Cidadania que, no Brasil, executava-se, desde um arranjo institucional gerido pela Casa Civil, a execução do Programa está a cargo da Presidência da República e o foco de atuação, assim seja nas áreas rurais desse país, executa ações, além das agrícolas como, por exemplo, programas de saúde e educação.
- d) a não associação do setor privado, pela natureza do foco para AF da política territorial ou pela falta de interesse desse, para os três casos, mas em particular para o caso salvadorenho.
- e) a baixa capacidade de *enforcement* conferindo um caráter de *soft law* às ações e projetos, essencialmente fomentadas a partir de subsídios.

Comparação a partir das duas categorias de políticas e considerações finais

Além de identificar os fatores presentes nos processos de difusão das políticas, bem como o seu grau de intensidade, a análise comparativa tem o propósito de captar semelhanças e diferenças. A primeira evidência é que os modelos brasileiros influenciaram as experiências de compras públicas e as políticas de DTR nos países estudados, segundo diversas modalidades e intensidades. Na maioria dos casos, os atores entrevistados afirmaram terem conhecimento ou terem se “inspirado” (DOLOWITZ e MARSH, 2000) ou “copiado” (caso de El Salvador) o modelo brasileiro.

No entanto também há casos de minimização desta influência. Na fala de gestores de alguns países receptores, aparece pouco o reconhecimento da contribuição do modelo brasileiro. Os interlocutores sublinham a anterioridade de instrumentos endógenos ou nacionais, ou relativizam o caráter decisivo do modelo brasileiro, dando maior ênfase para organizações internacionais ou iniciativas de cooperação com a sociedade civil. Esse discurso é evidente no Haiti, país extremamente pobre e em permanente crise política, onde o Brasil tem um papel delicado com o contingente militar de paz das Nações Unidas (MinustaH). Os haitianos interrogados reivindicam a anterioridade das experiências locais, minimizando “o peso” e a dependência da ajuda brasileira e internacional.

Um caso emblemático do não reconhecimento de contribuições da experiência brasileira é aquele das políticas de DTR na Argentina, reivindicadas como totalmente endógenas pelos quadros do INTA. Para esses gestores, em virtude do processo de descentralização e capilaridade do INTA, as suas ações já apresentavam naturalmente e historicamente uma atuação territorial a favor do desenvolvimento rural. No Uruguai, os gestores reconhecem as influências externas, mas reivindicam uma reinterpretação totalmente nacional e local, que pôde ser verificada nos fatos (SABOURIN et al., 2015).

Além da experiência brasileira e da reivindicação do protagonismo dos atores locais (casos mais explícitos do Haiti, Argentina e Uruguai), é importante mencionar que também foi observada a difusão de ideias e aprendizados de outros países. As influências da Espanha no Uruguai, do Equador no Paraguai e de Panamá e Nicarágua na Colômbia foram mencionadas. Embora não tenha sido objeto de investigação neste trabalho,

nota-se, portanto, que os países “receptores” acionam, colocam em diálogo e mesclam diferentes modelos de políticas públicas de diversos países.

A segunda evidência, confirmando nossa hipótese, é de que as políticas públicas brasileiras foram difundidas mediante uma hibridação de modos ou vetores de difusão. Podemos citar: relações bilaterais entre os países, ações de cooperação Sul-Sul, atuação dos movimentos sociais, interação entre acadêmicos, influência de diversas organizações internacionais, debates regionalizados e, por conseguinte, certa “convergência” de políticas públicas pela base. Complementarmente, observa-se que nenhuma política brasileira foi difundida apenas mediante uma única modalidade ou vetor. Mesmo a transferência direta do programa de DTR para El Salvador contou com os efeitos de circulação de ideias pelos movimentos sociais e partidos políticos (PT e FMLN). Se todos os casos analisados apresentam uma imbricação de várias modalidades, cabe destacar que sempre há uma ou duas que são dominantes.

Dentre estes mecanismos, é importante destacar que o Brasil tem conseguido promover a difusão da sua agenda e das suas políticas não tanto diretamente para os países receptores, mas sim para as organizações das Nações Unidas (com a FAO e o PMA no tema da SAN) ou interamericanas (DTR para o IICA), como também evidenciou Milhorange de Castro (2013) no caso da África. Com efeito, este mecanismo de difusão é o mais frequente no caso da difusão das políticas de compras públicas a agricultores familiares, cabendo salientar que, geralmente, os gestores dos países receptores têm contatos com consultores e técnicos da FAO, sendo pouco frequentes os contatos diretos com as políticas ou gestores brasileiros (caso do Haiti). Na Colômbia, por exemplo, os beneficiários reconhecem os projetos-pilotos de compras públicas como “projeto FAO-Brasil”.

Ademais, apesar da abertura contundente para países da África, o MDA dedicou grande parte de seus esforços de cooperação para a América Latina e Caribe, seja por meio do estímulo à criação de organizações ou comissões regionais (REAF, CELAC e UNASUL) onde o tema das políticas públicas para a agricultura é objeto de discussão, seja por meio de atividades específicas da REAF/Mercosul para países sul-americanos (módulos

de compras públicas, cursos de formação de jovens rurais, intercâmbios entre institutos de acesso à terra, seguro agrícola).

O caso específico da REAF está mais relacionado a um mecanismo de difusão “por abaixo” (PASQUIER, 2002). A REAF emergiu das reivindicações dos movimentos sociais organizados em nível regional e internacional, em particular dos representantes dos “esquecidos” pelo crescimento econômico e agrícola. Ainda que agências governamentais tenham tido papel relevante em sua constituição, especialmente no caso brasileiro, a organização em rede da REAF contempla a participação social na construção das recomendações das políticas públicas para a agricultura familiar na região. De fato, trata-se de um exemplo de como a participação social pode contribuir para aprofundar o processo de integração regional numa dinâmica com forte engajamento das organizações de agricultores e na perspectiva de incidir sobre as políticas públicas dos países integrantes do bloco regional, processo bem distinto da lógica privada das corporações e da agricultura patronal de grande escala que, desde os primórdios do bloco, predominou no setor agroalimentar (FIDA, 2013; MALUF et al., 2014).

A atuação de acadêmicos e estudiosos do meio rural também tem contribuído para a difusão dos modelos brasileiros, seja por meio de convênios e projetos de cooperação entre universidades latino-americanas, seja por meio da disseminação de conceitos e/ou interpretações e análises sobre as políticas públicas brasileiras. Os universitários já tinham sido responsáveis pela introdução e difusão na América Latina do modelo europeu de políticas de DTR ao exemplo do programa LEADER (CHAMPETIER, 2003; MASSARDIER e SABOURIN, 2013). Outrossim, as organizações das Nações Unidas oferecem um espaço privilegiado para a influência dos acadêmicos brasileiros, os quais circulam das universidades para os espaços governamentais, ou vice-versa, e destes também para as agências internacionais. No Haiti, por exemplo, os dois projetos do PMA e da FAO são coordenados por brasileiros. Na oficina regional da FAO para ALC em Santiago do Chile, vários acadêmicos brasileiros oriundos de universidades ou do Governo Federal têm se sucedido na responsabilidade das políticas de SAN ou como consultores após José Graziano da Silva assumir a presidência da FAO, deixando o seu legado na representação regional.

Como mencionado acima, vários destes mecanismos de difusão imbricaram-se e hibridizaram-se nos casos analisados. Neste processo, as atuações dos Estados nacionais somaram-se ao protagonismo de organizações internacionais e/ou interamericanas e às ações de movimentos sociais.

A terceira evidência da pesquisa é que, fruto da imbricação e hibridização de diferentes mecanismos e de fatores endógenos dos países receptores, os modelos brasileiros de compras públicas da agricultura familiar e das políticas de DTR foram reajustados em cada país. Estes fatores endógenos dizem respeito às organizações, instituições e políticas públicas já existentes no país que geram uma complementaridade institucional ou dependência de caminho. Nos casos do Paraguai, Haiti, Colômbia e da Argentina, este fator teve maior intensidade. A Argentina, por exemplo, já possuía uma extensa regionalização da pesquisa e extensão rural com o INTA. A partir dos recursos organizacionais e simbólicos do INTA, foi possível um trabalho mais voltado para a agricultura familiar ou de pequena escala no desenvolvimento territorial rural. Na Colômbia, dificuldades políticas e institucionais de romperem com os “operadores” das compras públicas, conduziu a uma mudança nos Programas sem alterar o posicionamento central dos atores envolvidos. Tais processos são coerentes com a relação que estabelecem Dolowitz e Marsh (2012) entre a transferência e o ciclo da política pública. Para os autores, quando novos atores e instituições se envolvem na formulação das políticas, eles trazem diferentes conjuntos de conhecimentos, interesses e motivações.

Assim, mesmo nos casos de manutenção da referência ao modelo brasileiro, existiu grande capacidade de adaptação ou de reinterpretação ao contexto nacional. Neste sentido, seguindo a tipologia de Dolowitz e Marsh (2000), podemos considerar que as experiências emergentes nos países “receptores” foram inspiradas dos modelos brasileiros (e no caso de El Salvador, copiadas). Ou, em outros termos, seguindo a proposição de Hassenteufel (2008), pode-se afirmar também que houve um processo de tradução, envolvendo a recriação de orientações, conteúdos e instrumentos de política pública (HASSENTEUFEL, 2008; LASCOUMES, 2006).

Dolowitz e Marsh (2012) também chamam a atenção para a relação entre os tipos de governança e a difusão da política pública. Os casos de El Salva-

dor, Haiti e Paraguai estão mais próximos de uma governança mais hierárquica com uma participação por meio da atuação direta dos altos escalões dos respectivos governos tanto no desenho como na implementação.

Já os casos da Colômbia, Argentina e Uruguai correspondem mais a um tipo de governança mais horizontal, com uma maior variedade de influências advindas de múltiplos atores, tais como espaços transnacionais, participação de movimentos sociais, organizações nacionais e diferentes agências internacionais.

A comparação entre os casos permitiu identificar com maior clareza os atributos dos vetores da difusão regional de duas políticas públicas brasileiras para agricultura familiar. Em alguns casos, a exemplo de Haiti, as relações individuais foram determinantes mediante o papel de indivíduos multiposicionados em posição de mediadores ou de transmissores. Em outros casos, as relações institucionais e organizacionais são preponderantes. A escala das políticas adotadas diferiu, algumas sendo adotadas em nível nacional (Argentina, Uruguai, Paraguai) e outras em nível local (Haiti).

A comparação entre os casos também permitiu evidenciar melhor aquilo que Stone (2017|) chama de ‘tradução’ no lugar de transferência. A tradução da política pública envolve vários processos como mutações, interpretações, ‘bricolage’ e tentativa e erro. A análise comparada entre os casos permitiu conferir um olhar mais nuançado e verossímil da influência brasileira nas políticas públicas de agricultura familiar de outros países latino-americanos. Em termos de perspectivas para a pesquisa, a própria evolução dessas políticas sugere o interesse de estudos longitudinais. Observou-se o retrocesso, a mudança de público meta ou o fim dessas políticas nos países receptores em função das mudanças de governo ou de coalizões no poder (Argentina, El Salvador, Paraguai). O próprio Brasil, o país do modelo, passa por uma ruptura radical na execução das políticas públicas para a agricultura familiar desde 2016. Para pesquisa futura e complementar, caberia entender melhor os processos de adaptação, reinterpretação e aplicação dos modelos de política pública, em particular a evolução da sua implementação na escala local ou territorial.

Referências

- BENSON, D. JORDAN, A. What have we Learned from Policy Transfer Research? Dolowitz and Marsh revisited. *Political Studies Review*, v.9, 2011.
- BONNAL, P. et al. La production des politiques et compromis institutionnels autour du développement durable. Rapport du Projet Propocid, ANR-06-ADD-016, Paris, 2010.
- COLOMBIA. INSTITUTO COLOMBIANO DE BIENESTAR FAMILIAR. *Estrategia de compras locales 2016*. Disponível em: <http://www.portalpruebas.icbf.gov.co/portal/page/portal/PortalICBF/bienestar/compras-locales/Diligenciamiento%20del%20formato%20de%20seguimiento%20a%20las%20compras%20locales%20b2016.pdf>
- COLOMBIA. MINISTERIO DA EDUCACIÓN NACIONAL. *Resolución número 16432*: por la cual se expiden los lineamientos técnicos – Administrativos, los estándares y las condiciones mínimas del Programa de Alimentación Escolar – PAE, 2015.
- DABÈNE, O. *The Politics of Regional Integration in Latin America: Theoretical and Comparative Explorations*, New York, Palgrave Macmillan, 2009.
- DOLOWITZ, David P. A policy-maker's guide to policy transfer. *The political quarterly publish*, 2003.
- DOLOWITZ, D; MARSH, D. Learning from abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy Making. *Governance an International Journal of Policy Administration and Institutions*, 13:5 24, 2000.
- DUMOULIN, D. Configurations sociales transnationales : quelles compétences pour les passeurs d'échelles? Exemples des politiques de la conservation de la nature. La fabrique multi-niveaux des politiques. Les approches multi-niveaux des politiques publiques, CIRAD. Montpellier. 6 10/09/2010.
- EVANS, M. DAVIES J. Understanding policy transfer: A multi-level, multi-disciplinary perspective, *Public Administration* 77:361 385, 1999.
- EVANS, M. Policy transfer in critical perspective, *Policy Studies* 30 : 243 68, 2009.
- FARIA C. A. P., A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados, *Interseções* v. 14 n. 2, p. 335-371, dez 2012 Rio de Janeiro.
- FARIA, C. A.P. COELHO, D. B.; SILVA, S. J. *Difusão de políticas públicas*. São Bernardo do Campo: EduUFABC. 2016.

FAO. *The State of Food and Agriculture: social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty*. Roma: FAO, 2015.

FAO. *Scaling up the Brazilian School Feeding Model*. FAO: Rome, 2014.

FAO. *Smallholder integration in changing food markets*. Roma: FAO, 2013a.

FAO. *Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar: estudio de caso en ocho países*. FAO: 2013b.

GIRAULT, C. Intégration et coopération régionale en Amérique du Sud dans C. Girault (ed.), *L'intégration en Amérique du Sud*, Presses de la Sorbonne Nouvelle, p. 39-61, 2009.

HASSENTEUFEL, P. Convergence. In. BOUSSGUET, Laurie; JACQUOT, Sophie; RAVINET, Pauline; *Dictionnaire des politiques publiques*. 4^o Edition, Paris: SciencesPo. Les Presses, p. 180-187, 2014.

_____. *Sociologie de l'Action Publique*, Paris, Armand Colin, 2008.

_____. Dela comparaison international à la comparaison transnationale: les déplacements de la construction d'objets comparatives en matière de politiques publiques. *Revue française de science politique*, v.55, 2005, p. 113-132.

KOHLER-KOCH, B. *The transformation of governance in Europe*, London, Routledge, 1995.

LASCOUMES P. Traduction. In. BOUSSAGUET L., JACQUOT S., RAVINET P. *Dictionnaire des politiques publiques*, Paris: Les Presses de Sciences Po. p. 439-445, 2006.

LOPES FILHO, M.A. *Compras locais como vetor de desenvolvimento rural: a experiência da cooperação brasileira no Haiti*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPGMADER/UnB). PLANALTINA – DF: UNB, 2017.

MASSARDIER G.; PESCHE, D. Circulation internationale des idées et de nouveaux instruments des politiques environnementales: transferts de politiques? Synthèse provisoire. In. *Congrès AFSP*, Strasbourg, 2011.

MCCANN, E.; WARD, K.. A multi-disciplinary approach to policy transfer research: geographies, assemblages, mobilities and mutations. *Policy Studies*, v.34, n. 1, 2013, p. 2-28.

_____. Policy assemblages, mobilities and mutations: toward a multidisciplinary conversation. *Political Studies Review*, v. 10, n.3, 2012, p. 325-332.

MILHORANCE DE CASTRO, C. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. *Revista Brasileira de Política Internacional* 56, no 2, 2013

NIEDERLE, P.A. A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul: sociogênese de uma plataforma de diálogos entre Governos e Movimentos Sociais. *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRRJ), v. 24, p. 569-603, 2016.

_____. REAF Mercosul: una década de coproducción de políticas públicas entre el estado y la sociedad civil. Santiago: FAO, 2015

OLIVEIRA, Osmany P. *Embaixadores da participação: a difusão internacional do Orçamento Participativo a partir do Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

_____; FARIA, Carlos A.P. Policy transfer, diffusion and circularion. *Novos estudos CEBRAP*, v.36, 2017, p. 13-32.

PARAGUAY, Presidência da República, *Decreto n° 1056*. Por el cual se establece la modalidad complementaria de contratación denominada proceso simplificado para la adquisición de productos agropecuarios de la agricultura familiar y se fijan criterios para la realización de los procesos de contratación y selección aplicadas para estas adquisiciones. Paraguay, 2013.

PASQUIER R. L'eupéanisation par le bas: les régions et le développement territorial en France et en Espagne ». In. FONTAINE, J. ; HASSENTEUFEL, P. *To change or not to hange? Le changement de l'action publique à l'épreuve du terrain*, Presses Universitaires de Rennes, 2002.

PASQUIER, R; WEISBEIN, J. L'Europe au microscope du local. Manifeste pour une sociologie politique de l'intégration communautaire, Politique européenne, n°12, p. 5-21, 2004.

PECK, J.; THEODORE, N. Fast Policy. Experimental statecraft at the thresholds of neoliberalism. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2015.

SABATIER, P.A.; JENKINS-SMITH, H.C. The advocacy coalition framework : an assessment. In: SABATIER, Paul A. Theories of the policy process. Westview Press, 1999, p. 117-166.

SALCEDO, S.; GUSMÁN, L. *Agricultura familiar en América Latina y el Caribe*. recomendaciones de política. Santiago: FAO, 2014.

STONE, D. Understanding the transfer of policy failure : bricolage, experimentalism and translation. *Politics and Policy*, 45 (1). pp. 55-70, 2017.

STONE, D. Transfer and translation of policy. *Policy Studies*, v.33, n.6, 2012, p. 483-499.

_____. Transfer Agents and Global Networks in the "Transnationalisation" of policy. *Journal of European Public Policy*, v.11, n.3, 2004, p. 545-566;

WORLD FOOD PROGRAM. *Home-grown school meals pilot project for the Municipality of Petite Rivière de Nippes*. Project Document. Haiti, s/d.